

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/13485	20137/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - CPRS/01/26/DCP - Aquisição de soluções digitais e multimédia inovadoras, plenamente integradas na rede Wi-Fi instalada para o Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa e para o Museu dos Biscainhos		
Unidade Administrativa		
DFGE - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de deliberação de adjudicação

Nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao órgão executivo a decisão de adjudicação de empreitadas e de contratos de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe esteja cometida.

Face ao exposto, e concluído o procedimento para aquisição de soluções digitais e multimédia inovadoras, plenamente integradas na rede Wi-Fi instalada para o Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa e para o Museu dos Biscainhos, submete-se à apreciação e deliberação do órgão executivo a aprovação das seguintes decisões, nos termos do Código dos Contratos Públicos:

- Decisão de adjudicação e respetiva notificação**, de acordo com os artigos **76.º** e **77.º** do CCP, a favor do concorrente proposto como adjudicatário em cada lote;
- Redução do contrato a escrito**, nos termos do artigo **94.º** do CCP, considerando a natureza e valor do objeto do contrato;
- Aprovação da minuta dos contratos a celebrar**, elaboradas nos termos e para os efeitos do artigo **98.º** do CCP;
- Apreciação e aprovação do Relatório Final do procedimento e da Informação de adjudicação proposta, nos termos do artigo 148.º do CCP.

Mais se propõe que, **uma vez deliberado**, se proceda:

- às notificações legalmente exigidas aos concorrentes,
- à publicitação aplicável na plataforma eletrónica,



- e às restantes formalidades subsequentes necessárias à celebração e execução do contrato.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aprovar a adjudicações de bens e serviços. (informação de adjudicação pertence ao Órgão Executivo).

1. Informação

Data
20/04/2026

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPRS/01/26/DCP	215.425,00€	215.400,00€	30 dias
Objeto	Aquisição de soluções digitais e multimédia inovadoras, plenamente integradas na rede Wi-Fi instalada para o Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa e para o Museu dos Biscainhos		
CPV	32420000-3 Equipamento de rede		

3. Propostas de aprovação

- Decisão de adjudicação e notificação de adjudicação (76.º e 77.º);
- Redução do contrato a escrito (94.º);
- Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º);
- Relatório Final (124.º).

4. Órgão competente

Nos termos do artigo 36.º do CCP e do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 149.639,37 €.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

5. Abertura do procedimento

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 11 de março de 2026 foi autorizada a abertura do procedimento.

6. Prorrogação dos prazos de apresentação das propostas

Em cumprimento com o disposto no artigo 64º do CCP, no procedimento em causa não houve necessidade de efetuar a prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas.

7. Pedidos de esclarecimentos

Durante o prazo estipulado no n.º 1 artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, não foram solicitados esclarecimentos sobre a interpretação das peças do procedimento.

8. Erros e omissões

Não foi apresentada lista de erros e omissões nos termos do artigo 50º do CCP.

9. Apresentação de propostas

No dia 24 de março de 2026, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

Propostas Recebidas (3)

Admitidas (0) Qualificadas (0) Desqualificadas (0)

Visualizar lista: [Por propostas](#) [Por estado](#)

Pesquise pelo nome

Referência ↕	Fornecedor ↕	Data de Entrega ↕
202603171404	Peakit, Lda	22-03-2026 17:48:32 +00:00 UTC
18032026	SERISTYLU MOBILIÁRIO DECORATIVO LDA	18-03-2026 15:38:04 +00:00 UTC
2026_0316_CMB_WMBDS	Alfamind - Innovation Systems Lda	16-03-2026 18:22:01 +00:00 UTC

10. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 10 de abril de 2006, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia no dia 10 de abril de 2026, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

11. Proposta de adjudicação

De acordo com o relatório final, de 20 de abril de 2026, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação da proposta ao concorrente SERISTYLU MOBILIÁRIO DECORATIVO LDA.

12. Caução

Considera-se, face ao valor e de acordo com o previsto no convite/programa de concurso, que não deve ser exigida caução nem deve proceder-se à retenção nos pagamentos, prevista no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

13. Redução do Contrato a escrito

13.1. Exigível

Fundamentação de Direito	De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000,00€.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o preço contratual é de 215.400,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

13.2. Prazo de Suspensão

13.2.1. Não Aplicável

Fundamentação de Direito	De acordo com o n.º 2 do artigo 104º, o prazo de 10 dias de suspensão para a outorga do contrato, decorridos data da notificação de adjudicação a todos os concorrentes e a outorga, não é aplicável quando: a) O contrato tenha sido celebrado ao abrigo de um procedimento de ajuste direto ou de consulta prévia ou, nos demais
---------------------------------	---

	<p>procedimentos, quando o anúncio não tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);</p> <p>b) Se trate da celebração ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abrangam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;</p> <p>c) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.</p>
Fundamentação de Facto	<p>No caso concreto, o procedimento não foi publicado no JOUE, uma vez que foi adotada a consulta prévia simplificada, pelo que o prazo de suspensão não é aplicável.</p>

14. Outorga do Contrato

No âmbito do Município de Braga, e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 106.º do CCP e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, **competete ao Presidente da Câmara Municipal a representação do Município na outorga dos contratos públicos**, salvo disposição legal em contrário ou delegação expressa de competências.

15. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto no art.º 81º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº 24 do convite **(5 dias após a notificação da adjudicação)**.

16. Compromisso

N. Sequencial 135275 e 135276

17. Anexos

- a. Relatório Final;
- a. Minuta de Contrato.

18. Assinatura

O Gestor do Procedimento